

506, Rafael Vaz (jornal), Alvaro Henrique (jornal), 108, Wilson Leite, 104, João Luiz, 101, Wilson Leite, 103, João Luiz (jornal), Rogério Figueiredo (jornal), 546, Carlos Góes (jornal), Alvaro Góes (jornal), 808, Wilson Leite

MÍRIAM LEITÃO

miriam.leitao@globo.com.br
Com Ana Carolina Dória

O risco do golpe para os militares

A ordem do general Braga Netto para atacar os colegas confirma o quanto a politização das Forças Armadas é danosa para os próprios militares. Como comandante de militares digitais, o ex-ministro da Defesa disparou ordens: "viraliza", "senta o pau no Batista Júnior", "elogia o Garnier". É crítica o "gosto discursivo de VB", como é chamado o general Villas Boas, por Fernando e Tomás. Falava de Fernando Azevedo, antigo ministro da Defesa, e do atual comandante do Exército, Tomás Paiva. Azevedo foi barreira nos primeiros movimentos do projeto golpista. Tomás se interpôs na reta final. A cena completa revelada na Operação Tempus Veritatis é de que o país esteve muito

perito de uma nova ditadura, mas também de que a conspiração frustrava as próprias Forças Armadas e subvertia as bases da disciplina e hierarquia pelas quais tanto zelam os militares. Não haverá garantia de estabilidade democrática se as Forças Armadas não fizerem, desta vez, a depuração correta, separando o joio do trigo. O país precisa disso, mas os militares também. Agora não é possível adiar a punição com o argumento de que é revanchismo. É questão de sobrevivência deles mesmos. Houve no golpismo de Bolsonaro manifesto de oficiais da ativa pressionando comandantes, militar passando por cima da chefia, militares da ativa com linha direta com um elemento que havia sido expulso do Exército (o ex-capitão Ailton Barros), houve com isso se negando a passar o comando. Tudo isso é perigoso vindo unicamente da ótica dos quartéis. Fosse-se argumentar que Braga Netto é da reserva. Muitos outros atores do golpe já estão na reserva. Mas havia vários personagens da ativa e ainda estão. Na semana passada, o general Tomás Paiva, comandante do Exército, exonerou dos seus cargos os coronéis Hélio Ferreira Lima e Guilherme Marques Almeida. Hélio comandava as Forças Especiais de Manaus e está na lista do processo no Supremo, entre os que devem ser "inabilitados para a função pública". Exonerar não basta.

Há um trecho da denúncia feita pela Polícia Federal e acolhida na decisão do ministro Alexandre de Moraes que diz assim: "No sentido do que reporta a autoridade policial, surge outra grave linha de atuação do grupo investigado contra as Forças Armadas, direcionada a desacreditar os militares que, defendendo a Constituição e a legalidade, estavam resistindo às investidas golpistas".

O coronel Bernardo Romão Correia Netto, na época assistente do Comandante Militar do Sul, ajudou a organizar a reunião de oficiais das Forças Especiais, todos da ativa, assistentes de generais "supostamente aliados na execução do golpe". Desta reunião é que saiu o manifesto pressionando o comandante do Exército, general Freire Gomes. Manifestos de militares da reserva sempre ocorreram. Mas, neste caso, o documento dizia no título que era muito mais grave: "Carta ao Comandante do Exército de oficiais superiores da ativa do Exército Brasileiro". Isso é quebra de disciplina, e atentado coletivo ao princípio de não manifestação política de militares da ativa. O coronel Correia Netto está preso. E os outros participantes dessa reunião?

O major Rafael Martins, o Joe, pediu orientação para Mauro Cid, então ajudante de ordens da presidência, em relação aos atos golpistas do dia 15 de novembro de 2022. "Ah, o pessoal tá querendo a orientação correta da manifestação. A pedida é para ir para o CN e o STF? As FFAA vão garantir a permanência lá?". Mauro Cid responde às duas perguntas "CN e STF", "vão". O major, em seguida, pede dinheiro. Cid pergunta: "Só faz uma estimativa com hotel, alimentação, material, 100 mil?". O major responde que em torno disso, e a resposta do Cid, "vou te mandar". Há, nos autos, uma sucessão de mensagens revelando que, sim, militares da ativa quebraram o regulamento militar.

Essa desordem dentro das Forças Armadas foi cultivada por Jair Bolsonaro e o momento decisivo desse projeto foi em 29 de março de 2021, quando ele demitiu Fernando Azevedo, então ministro da Defesa, e nomeou Braga Netto. Os três comandantes militares também foram dispensados. O general Edson Pajul foi substituído por Paulo Sérgio Nogueira, o almirante Ilheus Barbosa, por Almir Garnier, e o brigadeiro Moretti Bermudez foi trocado por Baptista Júnior. O motivo da crise foi anunciado na época: Bolsonaro queria mais apoio militar. Foi o que ele teve. O resultado foi a fratura nas Forças Armadas e a ameaça sobre o país.

ENTREVISTA

Hugo Nisenbom / CEO DA MSD BRASIL

Para ampliar acesso a medicamentos, todos os elos da cadeia têm de discutir como chegar a um arranjo mais sustentável, defende o executivo

GLAUCIE CAVALCANTI | glaucie@globo.com.br

‘É PRECISO OLHAR PARA O CUSTO TOTAL DA SAÚDE’

Com o envelhecimento da população, crescem os investimentos em medicamentos para doenças neurodegenerativas, câncer e outras que impactam os mais idosos, afirma Hugo Nisenbom, CEO da MSD Brasil, sigla usada pela Merck Sharp & Dohme (MSD) na Europa e Canadá. A empresa ancorada principalmente em oncologia e vacinas amplia foco em inovação com pesquisas e aquisições. Em entrevista ao GLOBO, o executivo argentino diz que a empresa cresce "fortemente" no Brasil. Para ele, é preciso chamar todos os elos da cadeia de saúde à mesa e olhar para o custo total para ter um sistema sustentável. E destaca avanços em prevenção e tratamento. "A gente sempre soube com uma vacina contra o câncer. A gente tem uma. Ela está disponível no sistema público há vários anos, que é a tetravalente", diz, em referência à vacina que previne HPV. Presidente do conselho diretor da Interfarma, Nisenbom avalia como "ambiciosa" a meta do governo federal de fazer o setor de saúde ter 70% de suas necessidades com medicamentos, insumos, vacinas e equipamentos produzidos no país até 2033, conforme prevê a nova política industrial.

É viável para o setor de saúde cumprir a meta da nova política industrial?

A meta é ambiciosa e entendo que a intenção é marcar um norte para avançar com uma política industrial no setor. Para isso, vai ser crítica a colaboração com as farmacêuticas inovadoras, os institutos tecnológicos, o Ministério da Saúde, com investimentos significativos e tudo isso em um

marco de previsibilidade. Ao mesmo tempo será importante entender caso a caso os projetos para avaliar os que tenham sentido econômico para o Brasil. Na MSD, temos exemplos concretos de transições de tecnologia em vacinas, como a de HPV, e de cooperação de desenvolvimento de uma vacina contra a dengue (em parceria com o Instituto Butantan), que são exemplos de sucesso.

Qual o peso do país para a MSD?

Temos um desenvolvimento muito forte no Brasil. Nos últimos seis anos, crescemos alto, duplo dígito. Somos a oitava companhia farmacêutica em inovação e, em 2025, queremos ser quinta. O Brasil é o primeiro país para a MSD na América Latina. Em faturamento, dependendo do câmbio, fica entre sétimo e oitavo maior mercado do mundo. Focamos em pilares como inovações que tragam soluções para necessidades médicas não atendidas e dar acesso a toda a população a essas inovações.

Quais os focos de operação?

Temos áreas fortes como oncologia, com a imunoterapia Keytruda. Tem 34 indicações aprovadas no país porque serve para diferentes tipos de tumores, mas acreditamos ter perto de 80. Por isso, é nosso carro-chefe em pesquisa clínica. Descobrimos que o organismo parava de se defender quando encontrava com as células cancerígenas. E é que a Keytruda faz é permitir que o organismo se defenda. Por isso, tem tantas indicações e efetividade. Em 2022, tivemos 630 pacientes. Ao passado, cerca de dez mil. Temos atuado para melhorar o acesso de onco-

“Temos comprado empresas e feito parcerias porque acreditamos que nem toda a ciência está dentro de nossos laboratórios”

“Somos uma das poucas farmacêuticas que está ainda na área de antibióticos. A próxima pandemia, provavelmente, não vai ser de um vírus, mas de alguma bactéria”

“No câncer, tempo é tudo”

Vacina é outro foco.

O que eu adoro, porque prefiro prevenir do que curar. Acabamos de lançar a segunda versão da Gardasil, nonavalente, protegendo contra cinco tipos de HPV. A gente sempre soube com uma vacina contra o câncer. A gente tem uma. Ela está disponível no sistema público há vários anos, que é a tetravalente. E agora temos a nonavalente no sistema privado. Estamos tentando criar um programa para erradicar o câncer de colo de útero, o que já é praticamente possível em países como Escandinávia ou Austrália, que têm adesão muito forte à vacinação. E estamos trabalhando

nessa sentença com o Brasil, onde temos o maior sistema público de vacinação do mundo, graças a uma parceria de transferência de tecnologia abrangente para homens e mulheres. Porque a gente fala de câncer de colo de útero, mas há uma série de cânceres relacionados com HPV que atingem os homens. E estamos entrando em doenças raras. Há uma, de von Hippel-Lindau, que produz tumores benignos, tratada por produto nosso.

Aquisições ajudam a avançar?

Temos comprado empresas e feito parcerias porque acreditamos que nem toda a ciência está dentro de nossos laboratórios. Em junho de 2023, compramos por US\$ 10,8 milhões a Prometheus, de biotecnologia, que tem um tratamento experimental promissor para colites ulcerativas e Doença de Crohn. Em outubro, fizemos uma parceria com a japonesa Daiichi Sankyo para desenvolver, fora do Japão, três tratamentos contra o câncer. Em novembro, anunciamos a compra de uma biotecnológica voltada para doenças raras, neurodegenerativas e genéticas, Caraway Therapeutics.

Como as 'fake news' sobre vacinas bateram na indústria?

As duas coisas que mais salvaram vidas no mundo são água potável e vacina. Na pandemia, todos viram que uma doença que se propagava rapidamente e gerava centenas de milhares de mortos foi praticamente apagada por uma vacina. Nos anos de pandemia e

nos posteriores, com essas fake news, coberturas vacinais baixaram muito. Agora está em franca recuperação. Temos que trabalhar toda a sociedade, governo, indústria, médicos. Estamos vendo recuperação importante (em vacinação) por políticas ativas. Outro tema para trabalhar é a vacinação de adultos, caso do HPV, de vacinas pneumocócicas.

É preciso mais investimento em antibióticos? Estão surgindo superbactérias.

Somos uma das poucas farmacêuticas ainda na área de antibióticos. A próxima pandemia, provavelmente, não vai ser de um vírus, mas de alguma bactéria. É preciso atuar em novas moléculas e no uso racional do antibiótico dentro das próprias instituições. Tem de usar o correto e pelo tempo adequado, se não, gera uma pressão sobre o sistema e cria esse risco de resistência de superbactérias.

Como dar acesso a medicamentos caros?

Acho que, como presidente da Interfarma, não temos que estar em um jogo antagonístico. Os atores têm de trabalhar juntos para criar um sistema sustentável. Do custo de saúde total, os medicamentos representam 8% a 10% para o sistema privado e 15% para o público. Se há um problema é preciso olhar no todo, porque há outros 90% do custo em outros lugares. Às vezes, são tratamentos incorretos, falta de prevenção, sobrecarga de diagnósticos. Todos temos que nos sentar, obviamente incluindo

a indústria, e tornar o sistema sustentável como um todo. É preciso olhar para o custo total do sistema de saúde. Temos de colocar o paciente no centro, ou não vamos avançar.

Há planos de saúde que dizem não ser viável custear certos medicamentos. Falta ajuste?

A empresa pode fazer acordos especiais por desfecho (resultado de tratamento), mas também tem de entrar naqueles sobrecustos e realocar recursos. Quanto está gastando a mais por não usar um antibiótico correto ou fazer prevenção? É fácil apontar o dedo para o outro. Mas temos de fazer a nossa parte.

O envelhecimento da população puxa o foco em doenças neurodegenerativas?

A população com mais de 50 anos está cada vez maior. Estamos notando em doenças que têm mais necessidades não atendidas porque a população não vivia tanto tempo: oncológica, neurodegenerativa, vacinas para adultos como a pneumocócica. Nós, velhinhos — já tenho mais de 60! — muitas vezes nem temos de uma simples pneumonia.

Faltam pesquisadores no país?

Ampliamos nossa organização na América Latina, com investimentos crescentes em pesquisa no Brasil. Globalmente, são US\$ 14 bilhões ao ano. E há projetos em resiliência social. Distribuímos Mectizan, a ivermectina, para tratar a cegueira do rio, causada por parasita. No Brasil, o foco são os infamóides.



OPERAÇÃO